

## SEGUNDA PROVA

### XIX CONCURSO PARA A MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CIVIL.

QUESTÃO 1. O direito como ciência exige constante aperfeiçoamento diante da realidade social, com projeção para o futuro. Todavia, quando o ordenamento jurídico sofre inovações, deparamo-nos com o chamado conflito de normas no tempo. Quais os princípios e regras de que o candidato lançaria mão para solucionar, à luz das regras de direito material e processual, eventual conflito entre a lei nova e a lei velha no que se refere às situações jurídicas ainda não consumadas, ou seja, em andamento ou pendentes?

QUESTÃO 2. Em se tratando de contrato administrativo de prestação de serviços, é possível o repasse à contratante (tomadora de serviços) do índice de aumento salarial decorrente de dissídio coletivo não compreendido no valor do contrato, antes da data prevista para a repactuação anual? Fundamente sua resposta.

QUESTÃO 3. Justifique estar, ou não, a sociedade de economia mista obrigada a contratar empregado mediante concurso público, haja vista ser a ela assegurado o regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações trabalhistas, cuidando também de fixar a responsabilidade do seu administrador na hipótese de contratação de emprego irregular.

QUESTÃO 4. Trace uma distinção entre direitos metaindividuais e direitos individuais homogêneos, tratando, necessariamente, dos efeitos da coisa julgada.

QUESTÃO 5. Instala-se a audiência una de um caso trabalhista perante a Vara do Trabalho, constatando o juiz que, pela parte autora, comparecem e tomam assento dois advogados, cada um munido do seu específico instrumento de mandato, o que formulou e subscreveu a petição inicial e o constituído pela parte posteriormente, não ciente o primeiro. a) Pergunta-se: quem deverá representar o autor em audiência? Fundamente.

Prosseguindo a audiência, após o depoimento das partes, o procurador da reclamada solicita a juntada aos autos dos controles de jornada, mencionados pelo reclamante durante seu interrogatório e cuja existência era negada pela defesa, que sustentava a inserção do autor no artigo 62 da CLT. b) Indaga-se: deve o juiz, que dirige a audiência, deferir a juntada de tais documentos aos autos? Fundamente.

Após a oitiva da primeira testemunha do autor e tão logo indicada a segunda, o procurador da ré apresenta contradita sob o fundamento de existência de amizade íntima com a parte autora, o que é prontamente negado pelo inquirido, razão pela qual o procurador da ré requer a oitiva de testemunha através de carta precatória a fim de instruir a contradita. c) Questiona-se: qual o procedimento a ser seguido pelo magistrado?

QUESTÃO 6. Discorra, detalhadamente, sobre a possibilidade de remição da execução e de remição da penhora no processo do trabalho.

QUESTÃO 7. À luz dos princípios informadores do direito do trabalho, explique:

- a) A teoria do conglobamento;
- b) Os descontos salariais tolerados pela jurisprudência;
- c) A redução salarial via negociação coletiva.

QUESTÃO 8. a) Enumere e faça uma análise dos elementos essenciais à caracterização da justa causa.

b) Conceitue e apresente o fundamento de inclusão no rol estabelecido pelo artigo 482 da CLT, das seguintes espécies de falta: improbidade, incontinência de conduta, desídia, ato de indisciplina e mau procedimento, fornecendo um exemplo de conduta que corresponda a cada um dos tipos indicados.

QUESTÃO 9. Discorra sobre o contrato de trabalho por tempo determinado, elencando os tipos previstos na legislação trabalhista e abordando a questão da formalidade em relação aos mesmos.

QUESTÃO 10. A empresa aérea americana "X" teve sua falência decretada no ano de 1995 e, no Brasil, outra empresa aérea americana "Y" ficou com o direito de operar as respectivas rotas.

Diante da situação jurídica existente, um grupo de empregados da empresa "X", no Brasil, ajuizou ação trabalhista, postulando diversos direitos laborais em face das empresas "X" e "Y", a saber: a declaração da sucessão de empregadores pela empresa aérea "Y", fundamentando que a transação ocorrida entre as referidas empresas foi de alienação e aquisição de patrimônio e que a utilização de bens que integravam o fundo de comércio (cadastro de clientes), bem como a continuidade da atividade, no mesmo ramo, são suficientes para caracterizar a sucessão, para fins de responsabilidade trabalhista, da empresa "X" pela empresa "Y". Argumentou ainda: decretada a falência da empresa aérea "X", na justiça americana, nenhum ativo foi deixado no Brasil para responder pelos débitos trabalhistas, pois os bens de valor, notadamente os aviões e as importâncias em dinheiro, foram transferidos imediatamente para os Estados Unidos e, os direitos de operação das rotas áreas brasileiras foram adquiridas em leilão público, realizado naquele país (Estados Unidos), pela empresa "Y", e não por meio de autorização governamental.

Por sua vez, a empresa aérea "Y" requereu a sua exclusão da lide, alegando que os autores tiveram seus contratos de trabalho encerrados antes da decretação da falência da empresa "X". Aduziu, também, que as rotas aéreas foram distribuídas a diversas empresas e, que em seu caso, obteve autorização governamental para ocupar o espaço aéreo brasileiro para operar os serviços de transporte aéreo regular.

Diante dos fatos narrados pelas partes, responda, de forma fundamentada, as questões a seguir indicadas:

- a) A empresa aérea "Y" poderia ser considerada parte legítima para figurar no pólo passivo da relação processual da referida ação trabalhista?
- b) Perante a Justiça do Trabalho brasileira, a empresa aérea "Y" seria sucessora da empresa "X"?
- c) Qual a relação jurídica existente entre as empresas aéreas "X" e "Y" e destas com o governo brasileiro?